



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

CARTA-CONTRATO Nº 15/2023 - TRE-ES/PRE/DG/SAO/COMAP/SC**Processo nº 0003845-65.2023.6.08.8000****CONTRATANTE: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO CNPJ: 03.910.634/0001-70**

Endereço: Av. João Batista Parra, 575, Praia do Suá, Vitória/ES CEP 29.052-123

CONTRATADA: ART EVENTOS LOCAÇÃO DE TENDAS LTDA-ME CNPJ: 13.619.421/0001-47Endereço: Rua Santa Tereza, 71, Ibes, Vila Velha/ES, CEP 29.108-825, Tel/fax: (27) 3289-2246/ (27) 98158-3214 *email:locacao.earteventos@gmail.com***CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Locação e instalação de tablado de elevação com 40 cm de altura, em estrutura metálica na base, com tampos revestidos de carpete, contendo rampa e escada para acesso a ser utilizado no 82º Encontro Nacional do COPTREL, em Vitória/ES, conforme especificações técnicas contidas no Adendo I.

§1º. Fundamento Legal

A presente contratação tem fundamento legal na Lei nº 8.666/93, sendo dispensável a licitação nos termos do seu art. 24, II, dar-se-á sob regime de execução indireta - EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL e obedecerá ao estipulado neste instrumento, no Termo de Referência que embasou a contratação e na proposta apresentada pela Contratada em 13/07/2023.

§2º. Da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

a) As partes obrigam-se a cumprir o disposto na Lei nº 13.709/2018 em relação aos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassadas em decorrência da execução contratual, sendo vedada a transferência, a transmissão, a comunicação ou qualquer outra forma de repasse das informações a terceiros, salvo as decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual;

b) É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;

c) A Contratada fica obrigada a comunicar ao Contratante, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de segurança aos dados pessoais repassados em decorrência desta contratação e a adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;

d) As partes obrigam-se a proceder, ao término do prazo de vigência, à eliminação dos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, ressalvados os casos em que a manutenção dos dados por período superior decorra de obrigação legal.

§3º. Da Comunicação entre Contratante e Contratada

a) Toda e qualquer documentação relativa à contratação deverá ser encaminhada à outra parte, prioritariamente, através de correio eletrônico;

a.1) O Contratante poderá, a seu critério, solicitar a apresentação de documento original ou cópia autenticada para verificação da autenticidade dos documentos enviados por correio eletrônico;

- b) A comunicação será considerada recebida após a confirmação de entrega automática encaminhada pelo Outlook, independentemente de confirmação de recebimento por parte da Contratada, ficando sob sua responsabilidade a verificação da conta de e-mail;
- c) As partes se obrigam a informar o endereço eletrônico de contato em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do instrumento contratual, caso não tenha sido informação previamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

- a) O serviço de montagem deverá ser realizado a partir das 08:00 do dia 17/08/2023;
- b) O serviço de desmontagem e recolhimento deverá ser realizado a partir das 20:30 do dia 17/08/2023 (o serviço deverá ser concluído no mesmo dia).

Parágrafo único.

A presente contratação terá vigência da data da sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2023.

CLÁUSULA TERCEIRA- DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

- a) Promover, por intermédio do fiscal contratual, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, nos aspectos quantitativos e qualitativos, incluindo:
 - a.1) anotação das falhas detectadas e demais ocorrências;
 - a.2) comunicação formal de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada;
- b) Proceder ao recebimento dos serviços após a sua conclusão;
- c) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preços e prazo estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Proceder à assinatura digital do instrumento contratual em até 03 (três) dias úteis após a sua disponibilização no ambiente SEI do TRE/ES;
- b) Montar/testar e desmontar o tablado conforme informações contidas na cláusula primeira bem como no projeto do Adendo I, em espaço reservado à contratante no Hotel Golden Tulip - Vitória-ES;
- c) Instalar equipamento em bom estado de conservação;
- d) Substituir, em caso de defeito em alguma parte do conjunto, por outro de mesma característica, em até 01 hora, para que seja dada continuidade aos serviços;
- e) Seguir as informações previstas no Adendo I para melhor compreensão do posicionamento do tablado e, também, para subsidiar o cálculo do quantitativo;
- f) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento do contrato, bem como responder pela recuperação dos ambientes em caso de intervenção na estrutura durante a execução do objeto, além de indenizar quaisquer danos pessoais ou materiais causados ao Contratante ou a terceiros por ação ou omissão do pessoal da empresa durante o desempenho das tarefas;
- g) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação;
- h) Reportar ao Contratante, imediatamente, qualquer anormalidade, erro ou irregularidades que possam comprometer a execução dos serviços e o bom andamento do mesmo;
- i) Observar leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato;
- j) Comunicar ao fiscal a conclusão dos serviços, por escrito, para que seja providenciada a lavratura do Termo de Recebimento;
- k) Entregar as instalações em perfeito estado de funcionamento, removendo todos os entulhos, deixando toda área livre de quaisquer resíduos;
- l) Garantir a segurança de seus funcionários, devendo fornecer, antes do início da execução dos serviços, os EPIs necessários para execução do objeto;

m) Informar os dados do seu domicílio bancário (banco, agência e conta) para o correspondente pagamento, bem como, se é optante pelo Simples Nacional;

m.1) Caso não apresente a informação de opção pelo Simples, os impostos e contribuições poderão ser devidamente retidos ao Tesouro Nacional;

n) Comunicar ao tribunal qualquer alteração no quadro societário e/ou no quadro de empregados que contrarie as disposições da Resolução CNJ nº 07/2005 e alterações posteriores;

o) Manter durante a execução desta contratação todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O Contratante pagará à Contratada pela execução do objeto o valor total de **R\$ 2.740,00** (dois mil, setecentos e quarenta reais) mediante depósito bancário, até o 5º (quinto) dia útil seguinte após a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado pelo setor competente deste Tribunal, desde que não haja fator impeditivo provocado pela mesma, obedecida a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 5º da Lei nº 8.666/93.

§1º. O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente, no que se refere a retenções tributárias.

§2º. Havendo erro no documento fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras.

§3º. A empresa optante pelo SIMPLES, para usufruir da isenção da retenção de tributos e contribuições estabelecida pela IN SRF nº 1234/2012, deverá apresentar declaração ORIGINAL (01) via na forma do Anexo IV daquela instrução normativa, JUNTO COM A NOTA FISCAL. CÓPIA NÃO É VÁLIDA.

§4º. A declaração de que trata o parágrafo anterior poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico arquivado pela fonte pagadora conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

§5º. Não haverá reajustamento de preços.

§6º. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento do documento fiscal, a serem incluídos em documento próprio, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado

$I = i/365$	$I = 0,06/365$	$I = 0,0001643$
-------------	----------------	-----------------

Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.

CLÁUSULA SEXTA- DA ALTERAÇÃO

O presente instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos e na forma estipulada pelo art. 65, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da presente contratação tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual – LOA, bem como se encontra em compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2020/2023 e a Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e correrá à conta dos seguintes recursos orçamentários:

Ação: 02.122.0033.20GP.0032 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral no Estado do Espírito Santo

Natureza da Despesa: 339039– Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Empenho n ° 2023NE000311 de 26/07/2023.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

Em conformidade com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93 , pelo descumprimento das obrigações decorrentes da presente Carta-Contrato, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

- a) Pelo atraso injustificado na substituição do equipamento defeituoso, a Contratada sujeitar-se-á ao pagamento de multa diária correspondente a **30% (trinta por cento)** sobre o valor do serviço em atraso, limitado até 01 (uma) hora de atraso, podendo atingir o percentual de **30% (trinta por cento)**;
- b) Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Contratada sujeitar-se-á ao pagamento de multa correspondente a **30% (trinta por cento)** sobre o valor do serviço inexecutado;
- c) Pelo descumprimento de qualquer outra obrigação, a contratada estará sujeita à multa de **0,5% (meio por cento)** por ocorrência, calculada sobre o valor total desta Carta-Contrato.

§1º. O atraso superior a 01 (uma) hora, na substituição do equipamento defeituoso, caracterizará a inexecução total da obrigação, suscetível à punição conforme disposto na alínea “b”.

§2º. As penalidades acima não excluem as previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

§3º. A aplicação das multas previstas não exime a Contratada de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato punível venha a acarretar à Administração.

§4º. Os valores das multas porventura aplicadas serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à Contratada ou cobrados judicialmente.

§5º. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

§6º. As sanções porventura aplicadas pela Administração serão registradas no SICAF.

§7º A contagem do prazo inicia-se automaticamente na primeira hora de atraso na execução dos serviços não havendo necessidade de apresentação de pedido de prorrogação de prazo pela Contratada, exceto nas hipóteses em que a Administração expressamente manifestar seu desinteresse no recebimento extemporâneo do objeto.

CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS E PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

Da aplicação das penalidades de advertência, multa e suspensão temporária para contratar com a Administração, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação.

§1º. No caso de declaração de inidoneidade, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação, correndo igual prazo para apreciação do pedido de reconsideração.

§2º. Os recursos e pedidos de reconsideração serão dirigidos ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente deste Tribunal, que os decidirá no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O inadimplemento das Cláusulas e Condições estabelecidas neste instrumento assegurará aos Contratantes, nos termos do art. 77 e 78, da Lei 8.666/93 e suas alterações, o direito de dá-lo por rescindido, assegurados o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO FORO

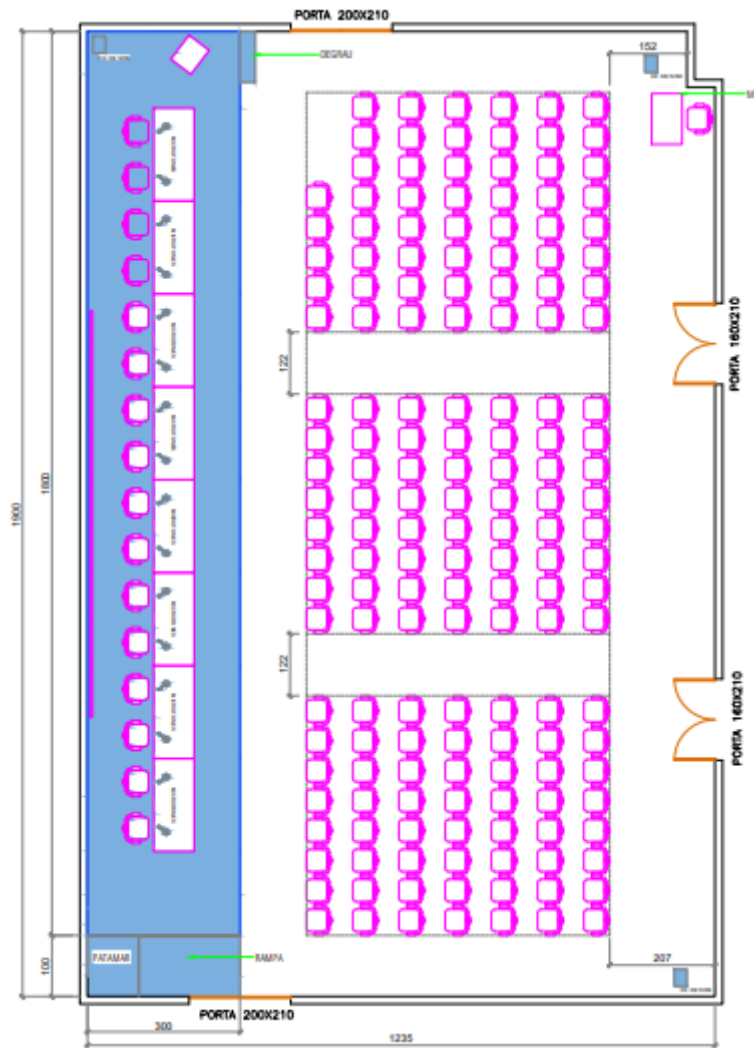
Para dirimir questões derivadas desta Carta-contrato fica nomeado o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal desta Capital.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado, assinado e datado eletronicamente pelas partes.

Pelo Contratante: ALVIMAR DIAS NASCIMENTO, CPF nº ***.280.887-**

Pela Contratada: CHARLES AUGUSTUS FIGUEIRA LOPES, CPF ***.939.917-**

ADENDO I



Em 28 de julho de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **ALVIMAR DIAS NASCIMENTO, Diretor Geral**, em 28/07/2023, às 15:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CHARLES AUGUSTUS FIGUEIRA LOPES, Usuário Externo**, em 28/07/2023, às 17:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0997827** e o código CRC **B61204EF**.